

REVISTA
**DIÁLOGO
EDUCACIONAL**

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional

 **PUCPRESS**

O (des)encontro entre educação e saúde no Guia de Atividade Física para a População Brasileira: notas de uma pesquisa documental

The (dis)encounter between education and health in the Physical Activity Guide for the Brazilian Population: notes from a documentary study

El (des)encuentro entre educación y salud en la Guía de Actividad Física para la Población Brasileña: apuntes de una encuesta documental

Suzy Chrystine Vasques Guedes ^[a] 
Manaus, AM, Brasil
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

Wania Ribeiro Fernandes ^[b] 
Manaus, AM, Brasil
Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação

Victor José Machado de Oliveira ^[c] 
Goiânia, GO, Brasil
Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação Física

^[a]Doutoranda em Educação, e-mail: suzy.vasques.ead@gmail.com

^[b] Pós-Doutora em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Educação em Ciência e Saúde, e-mail: waniafer@gmail.com

^[c]Doutor em Educação Física, Pós-Doutorado em andamento pela Ufam, e-mail: oliveiravjm@gmail.com

Como citar: GUEDES, Suzy Chrystine Vasques; FERNANDES, Wania Ribeiro; OLIVEIRA, Victor José Machado de. Título no primeiro idioma do artigo. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 89, p. 1003-1017, abr./jun. 2026. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.089.AO01>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o (des)encontro entre educação e saúde no *Guia de Atividade Física para a População Brasileira*. Trata-se de uma pesquisa documental desenvolvida no âmbito da pós-graduação *Stricto sensu*, à luz da análise do discurso de inspiração foucaultiana. Amparados em um referencial foucaultiano-baumaniano, identificamos no *Guia* um discurso centrado no cuidado de si, sustentado pela lógica do autoaperfeiçoamento e pela busca de uma vida fisicamente mais ativa. Por meio de recomendações que enaltecem os benefícios de um estilo de vida considerado saudável, o documento expressa uma biopolítica voltada à modificação de comportamentos, deslocando para o indivíduo a responsabilidade de gerir sua própria saúde e, assim, desonerar o Estado. As reflexões sobre esse discurso revelam tensões e (des)encontros entre os campos da saúde e da educação, evidenciando como políticas públicas podem tanto reforçar mecanismos de normalização quanto abrir espaços para práticas de resistência. Nesse sentido, propomos outros usos e leituras possíveis do *Guia*, com o professor de Educação Física assumindo o papel de mediador crítico. Tal postura implica reinventar, ressignificar e reinterpretar o documento de forma crítica, reflexiva e pedagógica, problematizando as contradições sociais que permeiam o acesso à atividade física e fomentando a formação de cidadãos capazes de construir outras formas coletivas e solidárias de se movimentar.

Palavras-chave: Educação Física. Privatização da vida. Cuidado de si.

Abstract

The present article aims to analyze the disconnection between education and health in the Physical Activity Guide for the Brazilian Population. It is a documentary study developed within the scope of *stricto sensu* postgraduate education, grounded in a Foucauldian inspired discourse analysis. Supported by a Foucauldian Baumanian theoretical framework, we identify in the Guide a discourse centered on the care of the self, sustained by the logic of self-improvement and by the pursuit of a more physically active life. Through recommendations that emphasize the benefits of a lifestyle considered healthy, the document expresses a biopolitical orientation aimed at modifying behaviors, shifting to individuals the responsibility for managing their own health and, consequently, relieving the State of this obligation. Reflections on this discourse reveal tensions and disconnections between the fields of health and education, showing how public policies can both reinforce mechanisms of normalization and open spaces for practices of resistance. In this sense, we propose alternative uses and readings of the Guide, with the Physical Education teacher assuming the role of a critical mediator. Such a stance involves reinventing, resignifying and reinterpreting the document in a critical, reflective and pedagogical manner, problematizing the social contradictions that permeate access to physical activity and fostering the education of citizens capable of constructing other collective and supportive ways of moving.

Keywords: Active life discourse. Privatization of life. Care of the self.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el (des)encuentro entre educación y salud en la Guía de Actividad Física para la Población Brasileña. Se trata de una investigación documental desarrollada en el ámbito del posgrado stricto sensu, sustentada en un análisis del discurso de inspiración foucaultiana. Con base en un marco teórico foucaultiano baumaniano, identificamos en la Guía un discurso centrado en el cuidado de sí, sostenido por la lógica del auto perfeccionamiento y por la búsqueda de una vida físicamente más activa. A través de recomendaciones que exaltan los beneficios de un estilo de vida considerado saludable, el documento expresa una biopolítica orientada a la modificación de comportamientos, desplazando hacia el individuo la responsabilidad de gestionar su propia salud y, de este modo, liberando al Estado de dicha responsabilidad. Las reflexiones sobre este discurso revelan tensiones y (des)encuentros entre los campos de la salud y la educación, evidenciando cómo las políticas públicas pueden tanto reforzar mecanismos de normalización como abrir espacios para prácticas de resistencia. En este sentido, proponemos otros usos y lecturas posibles de la Guía, con el profesor

de Educación Física asumiendo el papel de mediador crítico. Tal postura implica reinventar, resignificar e interpretar el documento de manera crítica, reflexiva y pedagógica, problematizando las contradicciones sociales que atraviesan el acceso a la actividad física y fomentando la formación de ciudadanos capaces de construir otras formas colectivas y solidarias de moverse.

Palabras clave: *Discurso de la vida activa. Privatización de la vida. Cuidado de sí.*

Introdução

O Ministério da Saúde publicou, em 2021, as primeiras recomendações oficiais do governo brasileiro destinadas à promoção da saúde por meio do Guia de Atividade Física para a População Brasileira – adiante, Guia (Brasil, 2021a). Além disso, há o ineditismo da inclusão do capítulo 6 –Educação Física (EF)Escolar, quando comparado a outros guias internacionais. Isso nos levou a investigar tal condição, partindo do entendimento de que toda ação governamental carrega em si preceitos ideológicos materializados em políticas públicas. Assim, este artigo apresenta notas de uma pesquisa documental desenvolvida no âmbito da pós-graduação *Stricto sensu*, cujo objeto de investigação são os discursos presentes no *Guia*.

Dentro desse contexto, nos orientamos a partir do seguinte problema: Quais as práticas discursivas presentes no Guia e suas orientações no (des)encontro entre saúde e educação que se materializa a partir da inclusão de um capítulo dedicado à EF escolar? De maneira específica, elegemos como objetivo analisar o (des)encontro entre educação e saúde no Guia. Assim, optamos pela análise documental, a partir de uma inspiração da análise do discurso foucaultiana, que compreende que um texto vai além dos signos nele representados. Estabelecemos uma interlocução com dois grupos de conceitos-chave entre Foucault e Bauman.

Partimos da premissa de que o Guia concentra discursos que vão além das palavras nele escritas. Ou seja, existem mecanismos discursivos que sustentam sua existência e recomendações, no contexto histórico-social em que ele se apresenta, instituídos a partir de um regime de verdade (Foucault, 2008). Além disso, esses discursos parecem evidenciar um (des)encontro entre as políticas do Ministério da Saúde (Guia – Brasil, 2021) e do Ministério da Educação (Base Nacional Comum Curricular – Brasil, 2017) na intersecção com a EF escolar.

A seguir, apresentamos os percursos metodológicos com as ferramentas conceituais. Após, realizamos um sobrevoo nas páginas do Guia, com ênfase nos Capítulos 1¹ e 6, e fazemos a discussão dos discursos encontrados. Finalizamos com reflexões e proposições de abordagens alternativas para um uso crítico do Guia. O Ministério da Saúde publicou, em 2021, as primeiras recomendações oficiais do governo brasileiro voltadas à promoção da saúde por meio do *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* (Brasil, 2021a) — doravante denominado *Guia*. Dentre seus elementos distintivos, destaca-se a inclusão inédita do capítulo 6, dedicado à Educação Física (EF) Escolar, o que não se observa em outros guias internacionais. Essa particularidade motivou a presente investigação, sustentada pelo entendimento de que toda ação governamental carrega preceitos ideológicos que se materializam em políticas públicas.

A pesquisa orienta-se pelo seguinte problema: quais práticas discursivas se evidenciam no *Guia* e de que modo suas orientações expressam o (des)encontro entre saúde e educação, especialmente a partir da inclusão de um capítulo voltado à EF escolar? De forma específica, buscamos analisar o (des)encontro entre esses campos, tomando como base uma pesquisa documental inspirada na análise foucaultiana do discurso, que compreende o texto como prática social e produtora de saberes. Para isso, articulamos um referencial teórico que costura conceitos de Foucault e Bauman, particularmente em torno das relações entre poder, subjetividade e modernidade líquida.

Partimos da premissa de que o *Guia* veicula discursos que ultrapassam o conteúdo literal de suas recomendações, ancorando-se em mecanismos discursivos constituídos por regimes de verdade (Foucault, 2008). Esses discursos também evidenciam o (des)encontro entre as políticas do Ministério da Saúde (*Guia*, Brasil, 2021) e do Ministério da Educação (*Base Nacional Comum Curricular*, Brasil, 2017), especialmente na interface com a EF escolar. Dito isto, apresentamos o percurso metodológico e as ferramentas conceituais utilizadas; em seguida, analisamos os capítulos 1 e 6 do *Guia* e discutimos os discursos identificados. Por fim, trazemos reflexões e proposições de abordagens alternativas que visam promover um uso crítico e pedagógico do documento.

¹ Capítulo estabelecido como “pré-requisito” para leitura dos demais e que traz os aspectos conceituais do Guia.

Percurso metodológico e ferramentas conceituais

Para a consecução dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa documental de natureza qualitativa. Nos concentramos na análise das recomendações contidas nos capítulos 1 e 6 do Guia, de maneira a observar os discursos presentes neles. Fizemos, assim, uma costura entre as ferramentas conceituais foucaultianas-baumanianas em razão de suas análises sobre as dinâmicas sociais do poder, da subjetividade, da modernidade e das estruturas sociais contemporâneas.

Inspirados em Bauman (2001), adotamos o conceito de *modernidade líquida*, que descreve uma sociedade marcada por fluxos instáveis, insegurança, individualismo exacerbado e fragilidade nas relações sociais — fenômenos caracterizados pela transitoriedade e pela constante necessidade, muitas vezes (auto)imposta, de reinvenção. Essa fluidez está diretamente relacionada ao avanço do capitalismo global, que transformou os indivíduos em consumidores antes que cidadãos, moldando subjetividades voltadas ao imediatismo e à busca incessante por segurança e identidade.

Em um contexto social líquido, os sujeitos são conclamados à autossuficiência para se manterem competitivos em um mundo que exige resultados imediatos e visibilidade constante. Tal incitação leva o indivíduo a privatizar a responsabilidade por sua vida, fazendo suas próprias escolhas. Esse processo intensifica-se pela lógica do consumo, que oferece produtos e serviços voltados ao bem-estar e ao cuidado de si (Bauman, 1999; 2001; 2003). Para orientar essa autogestão, emergem os *conselheiros modernos* — influenciadores, especialistas e instituições — que compõem um mercado de aconselhamento no qual se buscam respostas para a condução da vida (Bauman, 1999).

Assim, dialogamos com Foucault (1987), analisando como as instituições moldam subjetividades por meio de práticas discursivas e mecanismos baseados em relações saber-poder. Seus estudos permitem compreender como políticas públicas são configuradas por múltiplos atores e interesses. O autor rompe com a ideia de que o poder reside apenas nas instituições estatais, para concebê-lo em sua circularidade, presente nas relações cotidianas, nos discursos, nas normas e nas práticas. Argumenta ainda que o poder moderno não se exerce unicamente pela repressão, mas pela normalização e pela vigilância (Foucault, 1987).

O conceito de *biopoder* contribui para compreender como o Estado moderno busca gerir a vida da população, regulando corpos e práticas em nome da saúde pública, da segurança e da produtividade (Foucault, 1999). Já a *biopolítica* evidencia as formas pelas quais o Estado e outras instituições procuram regular a vida por meio de políticas de saúde, educação, natalidade, higiene, trabalho e alimentação. O poder, assim, deixa de se manifestar apenas como o “fazer morrer” da soberania tradicional e passa a operar como o “deixar viver” da modernidade (Foucault, 2008), centrado na otimização da vida, da produtividade e do bem-estar, legitimado por discursos e dados estatísticos.

Esses discursos, por sua vez, buscam moldar comportamentos, produzir normas e definir o que é considerado “vida saudável”, “conduta adequada”, “risco social”, entre outros. Eles circulam por diversos canais: mídia, ciência, escola, campanhas públicas, redes sociais e senso comum (Dreyfus; Rabinow, 1995). Para Foucault (2008), um discurso é mais do que uma simples linguagem ou fala, constituindo-se no conjunto de práticas que produzem conhecimentos e verdades, exercendo poder sobre o que pode ser dito, pensado e conhecido em determinada época e contexto. O discurso é, portanto, uma prática social que regula e constitui os objetos de que fala, sempre relacionado ao poder e ao saber. Ou seja, o que se pode dizer depende de quem tem autoridade para dizer e das instituições que validam esse dizer (Dreyfus; Rabinow, 1995; Foucault, 2008).

Assim, são necessários dispositivos para implantar e difundir os discursos biopolíticos. São eles que fazem com que o poder sobre a vida funcione de forma concreta, capilar e cotidiana — não pela imposição direta de leis, mas pela internalização de normas e produção de saberes que definem o que é saudável, normal, seguro e produtivo (Dreyfus; Rabinow, 1995). Logo, os dispositivos são os instrumentos concretos através dos quais o poder se infiltra na

vida social e individual, gerindo a saúde, a sexualidade, os riscos, os corpos e os comportamentos. Assim, eles se instituem num conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, práticas, enunciados e saberes que se articulam em torno de uma função estratégica (Foucault, 2008).

Através e a partir desses dispositivos, e dos discursos que são veiculados como verdade, o poder circula de modo capilar, atravessando práticas cotidianas, discursos especializados, recomendações técnicas, saberes científicos e condutas aparentemente neutras, conforme o conceito foucaultiano de microfísica do poder. Trata-se de uma forma de poder que não se localiza em um único centro, mas se exerce nas relações, nos gestos, nas orientações e nos modos pelos quais os sujeitos passam a reconhecer, vigiar e regular a si mesmos. Assim, os discursos sobre saúde, corpo, risco e atividade física não apenas informam ou aconselham, mas também produzem formas de subjetivação, definindo modos desejáveis de viver, cuidar-se e adequar-se às expectativas sociais de normalidade, produtividade e desempenho (Foucault, 1979; 2008).

Partindo dessa articulação, observamos ferramentas conceituais apresentadas, vamos observando o Guia como um dispositivo-conselheiro, pois apresenta discursos que atuam sobre corpos, condutas e saberes, buscando moldar sujeitos “adequados” à sociedade (Veiga-Neto, 2007; Foucault, 2008; Bauman, 1999). Suas recomendações sobre atividade física (AF) na EF escolar reúnem uma série de elementos que nos permitem caracterizá-lo dessa forma, juntamente com a noção do cuidado de si e da lógica do autoaperfeiçoamento (Bauman, 1999; 2001).

Entretanto, se esse dispositivo-conselheiro incorpora um regime de verdade a ser seguido — ao mobilizar discursos legitimados por instituições de autoridade, como universidades, perícias e conselhos profissionais —, tais instâncias, na contemporaneidade, caracterizam-se pela fluidez, uma vez que são frequentemente terceirizadas, precarizadas ou geridas por atores flexíveis. Nesse contexto, os mecanismos de legitimação dos discursos deixam de constituir monopólios duráveis, assumindo formas variáveis e fragmentadas.

Nesse contexto, os mecanismos de legitimação dos discursos deixam de constituir monopólios duráveis, passando a assumir formas variáveis e fragmentadas, o que repercute diretamente em seu alcance e continuidade. Se, por um lado, Foucault evidencia que os sujeitos modernos se produzem a si mesmos por meio de práticas de verdade que internalizam normas e regras sociais, por outro, Bauman, ao introduzir as noções de liquidez e fluidez, demonstra que o sujeito da modernidade tardia necessita reconfigurar continuamente suas “verdades pessoais” para manter-se ajustado às exigências sociais — sejam elas vinculadas ao autocuidado ou à estética.

Com isso, percebemos que o mercado, sob a perspectiva do consumo e dos valores, passa a “formatar” a vida social, é possível compreender que as verdades também podem se constituir em mercadorias “certificadas” por autoridades científicas e, portanto, em saberes que produzem e reproduzem relações de poder. Todavia, a liquefação social impulsionada pelas tecnologias digitais intensifica a volatilidade dos laços que sustentam a credibilidade, ampliando a instabilidade dos regimes de verdade.

Finalmente, consideramos que a costura Foucault-Bauman contribui para nossa análise, nos permitindo identificar quais saberes são legitimados no Guia, que vozes os autorizam, como seus discursos buscam regular corpos e comportamentos e de que maneira as políticas podem reproduzir desigualdades ou promover práticas de resistência no mundo contemporâneo. Desse modo, podemos perceber o (des)encontro entre saúde e educação nas páginas do Guia, mas, não apenas nelas, pois os seus discursos vão reverberando práticas sociais presentes em outros documentos que fomos acessando no decorrer de nossas análises como outras políticas e textos científicos. Nesse sentido, para além das estruturas visíveis, nossa análise exigiu uma interpretação crítica dos discursos, das práticas sociais e dos mecanismos de poder que moldam os sujeitos e as instituições.

Um sobrevoo no Guia

O Guia é um documento chancelado pelo Ministério da Saúde, cuja produção foi coordenada pela Universidade Federal de Pelotas. Sua publicação foi marcada entre controvérsias políticas² durante a pandemia de Covid-19. Ele traz as primeiras recomendações para a população brasileira quanto à prática de AF, primando por uma linguagem acessível e de fácil compreensão para o leitor (Brasil, 2021a). O Guia levou um período de dois anos para ser elaborado e contou com uma equipe de mais de setenta pesquisadores/as. Foram selecionados especialistas de todas as regiões do país, via processo seletivo, a fim de garantir representatividade, diversidade de saberes e adequação às realidades locais — como infraestrutura, hábitos culturais, clima e condições de saúde — que impactam diretamente a prática de AF (Brasil, 2021b).

O Guia inicia com uma “Apresentação”, onde são introduzidos alguns motivos que justificam sua existência, seus objetivos e seu público-alvo. Indica-se que ele é “destinado à população brasileira com o foco na promoção da saúde por meio da atividade física” (Brasil, 2021a, p. 5). São apresentados seus valores e princípios orientadores, que envolvem a equidade, a justiça social, a inclusão, a intersetorialidade e a promoção da saúde. Também, são apontados alguns benefícios relacionados à prática regular de AF e o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) nesse processo.

Em seguida, encontramos oito capítulos temáticos que abrangem os variados ciclos de desenvolvimento humano (infância, adolescência, vida adulta e velhice), bem como condições específicas (gravidez, puerpério e deficiências), além de um capítulo dedicado à EF escolar (Brasil, 2021a). Nesta pesquisa, nos debruçamos sobre os capítulos 1 e 6, visto que nos possibilitam observar nosso objeto de estudo relatado no (des)encontro entre educação e saúde. Antes de nos dedicarmos a esses dois capítulos, vamos apresentar o resumo dos demais (Quadro 1).

Quadro 1 – Resumo dos capítulos do Guia que estão fora do recorte do objeto da pesquisa

Capítulo	Resumo
2 – Atividade física para crianças até 5 anos	“Neste capítulo você encontrará informações sobre atividade física para crianças, desde o nascimento até os cinco anos de vida. Você aprenderá formas de tornar o dia a dia das crianças fisicamente ativo, alegre e cheio de experiências! Mas é importante destacar que, antes de começar este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. Se a criança já está na escola, as informações sobre educação física escolar estão no Capítulo 6. Se você é responsável por uma criança com deficiência, pode encontrar informações mais específicas no Capítulo 8” (Brasil, 2021a, p. 11).
3 – Atividade física para crianças e jovens de 6 a 14 anos	“Neste capítulo você encontrará informações sobre atividade física para crianças e jovens de 6 a 17 anos. É importante destacar que, antes de começar a ler este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. As informações sobre educação física escolar estão no Capítulo 6. As informações mais específicas de atividade física para crianças ou jovens com deficiência estão no Capítulo 8” (Brasil, 2021a, p. 16).
4 – Atividade física para adultos	“Neste capítulo você encontrará informações sobre atividade física para adultos. Mas é importante destacar que, antes de começar este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. As informações mais específicas de atividade física para adultos com deficiência estão no Capítulo 8” (Brasil, 2021a, p. 23).
5 – Atividade física para idosos	“Neste capítulo você encontrará informações sobre atividade física para idosos. Mas é importante destacar que, antes de começar este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. As informações mais específicas de atividade física para idosos com deficiência estão no Capítulo 8” (Brasil, 2021a, p. 28).
7 – Atividade física para gestantes e mulheres no pós-parto	“Neste capítulo você encontrará as informações sobre atividade física para gestantes e mulheres no pós-parto. Mas é importante destacar que, antes de começar este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. As informações sobre atividade física para adultos estão no Capítulo 4. Já as informações mais específicas sobre atividade física para pessoas com deficiência estão no Capítulo 8” (Brasil, 2021a, p. 38).
8 – Atividade física	“Neste capítulo você encontrará as informações sobre atividade física para pessoas com deficiência. É impor-

² O professor Pedro Hallal, coordenador geral do Guia, também atuou enquanto epidemiologista liderando a maior pesquisa durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, fez contundentes críticas contra o negacionismo do governo de Bolsonaro nesse período, o que levou a controvérsias políticas.

para pessoas com deficiência	tante destacar que, antes de começar este capítulo, você deve ler o Capítulo 1 - Entendendo a Atividade Física. Informações adicionais sobre atividade física para cada faixa etária estão nos Capítulos 2 (crianças de até 5 anos), 3 (jovens de 6 a 17 anos), 4 (adultos) e 5 (idosos)” (Brasil, 2021a, p. 44).
------------------------------	---

Fonte: Brasil (2021a).

Vale observar que em todos os capítulos é mencionado a “leitura obrigatória” do capítulo 1 – Entendendo a atividade física. Compreendemos que essa menção é evidenciada visto que nesse capítulo são apresentados conceitos-chave como os de AF, exercício físico e comportamento sedentário, listando-se os elementos caracterizadores de cada um deles. Também, contempla os níveis de intensidade de esforço físico e discorre-se acerca das capacidades físicas e sua relação com a saúde. No que se refere à definição de AF e de exercício físico, o Guia afirma:

Atividade física é um comportamento que envolve os movimentos voluntários do corpo, com gasto de energia acima do nível de repouso, promovendo interações sociais e com o ambiente, podendo acontecer no tempo livre, no deslocamento, no trabalho ou estudo e nas tarefas domésticas.

São exemplos de atividade física: caminhar, correr, pedalar, brincar, subir escadas, carregar objetos, dançar, limpar a casa, passear com animais de estimação, cultivar a terra, cuidar do quintal, praticar esportes, lutas, ginásticas, yoga, entre outros.

A atividade física faz parte do dia a dia e traz diversos benefícios, como o controle do peso e a melhora da qualidade de vida, do humor, da disposição, da interação com as outras pessoas e com o ambiente.

Você pode fazer atividade física em quatro domínios da sua vida: no seu tempo livre; quando você se desloca; nas atividades do trabalho ou dos estudos; e nas tarefas domésticas (Brasil, 2021a, p. 7).

Todo exercício físico é uma atividade física, mas nem toda atividade física é um exercício físico. Ou seja, o exercício físico é um tipo de atividade física planejada, estruturada e repetitiva que tem o objetivo de melhorar ou manter as capacidades físicas e o peso adequado (Brasil, 2021a, p. 9).

O Guia distingue entre AF e exercício físico. Podemos perceber essa distinção, também, por meio da ótica da regulamentação profissional da EF. Se por um lado, o Guia busca ampliar o acesso informacional acerca de como as pessoas podem ser fisicamente ativas, por outro, o sistema CREF/CONFEP³ é o órgão jurídico regulamentador da atuação profissional em EF. Ou seja, pode existir uma disputa em torno de um documento informativo e um dispositivo jurídico que atesta a obrigatoriedade da orientação de um profissional devidamente habilitado (Brasil, 1998). No que pese essa disputa, o entendimento do Guia destaca a importância de se movimentar independentemente de ser uma AF espontânea ou um exercício planejado. Nesse sentido, ele parece valorizar, especialmente, a incorporação de um comportamento fisicamente ativo ao cotidiano em oposição ao denominado comportamento sedentário.

O comportamento sedentário é definido como: “atividades realizadas quando você está acordado sentado, reclinado ou deitado e gastando pouca energia. Por exemplo, quando você está em uma dessas posições para usar celular, computador, tablet, videogame e assistir à televisão ou à aula, realizar trabalhos manuais, jogar cartas ou jogos de mesa, dentro do carro, ônibus ou metrô” (Brasil, 2021a, p. 9). Nesse sentido, o Guia recomenda que se “evite ficar em comportamento sedentário” (Brasil, 2021a, p. 9). Essa e as demais definições partem do reconhecimento da AF como um determinante da saúde e do bem-estar, destacando sua importância ao longo do curso da vida e sua capacidade de contribuir para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes tipo 2, hipertensão, obesidade e algumas formas de câncer (Brasil, 2021a).

O capítulo 1 evidencia uma concepção de AF que inclui ações rotineiras como caminhar, utilizar a bicicleta como meio de transporte, realizar tarefas domésticas ou participar de manifestações culturais que envolvam o movimento corporal. Essa abordagem aponta diversas experiências corporais presentes nas diferentes realidades sociais, econômicas e culturais da população brasileira. Também é indicada a necessidade de estratégias intersetoriais para a promoção da AF. O texto enfatiza que a construção de ambientes e políticas públicas favoráveis ao movimento

³ Conselho Regional de Educação Física (CREF); Conselho Federal de Educação Física (CONFEP).

– como espaços urbanos seguros, acessíveis e inclusivos – é indispensável para garantir a prática de AF. Assim, o Capítulo 1 estabelece a base teórica que sustenta as recomendações dos capítulos subsequentes (Brasil, 2021a).

Quanto ao Capítulo 6, o Guia fornece recomendações destinadas à promoção da AF por meio da EF escolar, ressaltando seu papel como componente essencial da formação de crianças e adolescentes no ambiente escolar (Brasil, 2021a). Nesse sentido, as principais recomendações para as aulas de EF são:

Para alcançar os benefícios [...], a educação física de qualidade deve ser obrigatória, preferencialmente ministrada por um professor de educação física, ao longo de todos os anos da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil.

Devem ser oferecidas, pelo menos, três aulas de educação física de 50 minutos cada, por semana. As aulas devem incluir conteúdos que possibilitem experiências positivas e abordagens inovadoras para os estudantes.

Para que essas orientações possam ser seguidas, são essenciais a qualificação e a valorização dos professores de educação física (Brasil, 2021a, p. 35).

Segundo o Guia, a EF escolar deve estar inserida no currículo das escolas de forma estruturada, contínua e obrigatória, sendo amplamente valorizada. Uma EF de qualidade deve ser ministrada por um professor com formação específica e devem ser oferecidas, minimamente, três aulas semanais de 50 minutos cada. Ela não deve se restringir apenas à AF por si só, mas sim contribuir para uma vida ativa e saudável. Nesses termos, a EF escolar recebe um papel estratégico na promoção da saúde, pois estimula e favorece a construção de hábitos saudáveis ao longo da vida e atua na prevenção do comportamento sedentário (Brasil, 2021a).

Após esse sobrevoo sobre o Guia, passaremos à análise empreendida no Capítulo 6, em consonância com o Capítulo 1. Em outro texto, já evidenciamos dois discursos presentes no Guia: (i) o primeiro, que promove a vida ativa que viabiliza uma biopolítica destinada ao governo dos corpos por meio da informação; (ii) o segundo que propõe a manutenção do *homo oeconomicus*⁴ em prol da governamentalidade. De uma maneira geral, esses discursos colocam que o Guia assume um papel enquanto conselheiro, cuja voz autorizada guia as pessoas a serem mais fisicamente ativas, diante de políticas da vida que buscam a desoneração do Estado. Seguindo essa lógica, nesse texto, nos dedicamos ao terceiro discurso observado na pesquisa e que está pautado na lógica do autoaperfeiçoamento e no cuidado de si. Vejamos.

Ambivalência do cuidado de si a partir da lógica do autoaperfeiçoamento: o (des)encontro entre educação e saúde no Guia

O capítulo 6 – EF escolar, nos permite visualizar a configuração de um discurso que é captado pelos conceitos de cuidado de si e da lógica do autoaperfeiçoamento. Por meio da promoção da AF através da EF escolar, observamos o estabelecimento de uma biopolítica que tem como cerne a privatização da saúde por meio do cuidado de si (Foucault, 2008; Bauman, 2001). Em diálogo com a premissa posta no capítulo 1, apresenta-se uma lista com benefícios da participação dos estudantes nas aulas de EF:

Aumento da prática de atividade física durante as aulas e ao longo do dia;
Melhora do funcionamento do coração e da respiração;
Melhora da flexibilidade e das habilidades para se movimentar ao correr, andar ou saltar;
Auxilia no controle do peso;
Melhora da motivação e bem-estar mental, com redução da ansiedade e da depressão;
Aumento da cooperação entre os colegas durante as atividades nas aulas;
Aumento da atitude e da satisfação para fazer a aula de educação física;
Melhora das habilidades de socialização e das relações de amizade;
Melhora do desempenho escolar;
Melhora do foco e da ação do estudante na realização de uma tarefa;

⁴ Uma governamentalidade pautada no ideal de *homo oeconomicus* busca gerir a população com o menor custo possível.

Melhora da forma como o estudante se organiza para fazer tarefas diversas e aprender novas habilidades (Brasil, 2021a, p. 35).

O artigo de revisão da equipe responsável pela escrita do capítulo 6 apresenta esses benefícios como estando em quatro planos: físico, social, afetivo e cognitivo. Com base numa sumarização de evidências científicas, os autores advogam por “mais e melhores aulas de EF” (Ramires et al., 2023). Isso nos faz observar que a estratégia biopolítica elencada no Guia se sustenta por um regime de verdade técnico-científico. Ou seja, as vozes autorizadas que permitem falar sobre determinadas recomendações para a EF escolar são pautadas num recorte da comunidade científica e em sua base de dados focados em “melhorar” e “aumentar” níveis de desempenho. Não obstante, cabe observar que essa base de dados é um recorte que pode deixar outros elementos, quiçá, considerados “cientificamente irrelevantes”, como é o caso do prazer, do brincar e da cultura (Malacarne *et al.*, 2022).

Mesmo que as recomendações sobre a EF escolar sejam ampliadas para além de uma perspectiva do desenvolvimento físico-motor, elas parecem recair no aspecto de ação estritamente individual. Ou seja, mais e melhores aulas de EF acabam tendo uma implicação de “aumentar” e “melhorar” aspectos individuais como os níveis de AF, de aptidão física, de sociabilidade, de resposta emocional e de desempenho acadêmico. Nesse sentido, por mais que uma possível ampliação da discussão da saúde para além de aspectos biofisiológicos estejam presentes, o Guia parece dar uma centralidade ao indivíduo como responsável por gerir a sua saúde. Bauman (1999; 2001) vai considerar que esse fenômeno, que privatiza a vida, coloca sob o indivíduo a responsabilidade de resolver particularmente problemas criados socialmente. Ou seja, uma implicação do Guia pode ser o de desonerar o Estado quanto às suas obrigações de dar suporte às pessoas para superar barreiras e iniquidades de acesso à AF.

Outras recomendações no capítulo 6 são endereçadas a determinados sujeitos (estudantes, comunidade escolar, professores de EF e pais/responsáveis dos estudantes).

ORIENTAÇÕES PARA OS ESTUDANTES PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Participe das aulas de educação física para desenvolver habilidades e para conhecer diferentes tipos de atividade física. Isso vai ajudar você a ter uma vida ativa!

Você deve se envolver ativamente nas aulas de educação física e auxiliar o professor a escolher conteúdos e práticas que respeitem e desenvolvam a sua saúde (Brasil, 2021a, p. 35).

RECOMENDAÇÕES SOBRE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Para a comunidade escolar:

A comunidade escolar deve proporcionar e apoiar a educação física da mesma forma que faz com as outras disciplinas, com a aplicação de conteúdos, avaliação e desenvolvimento profissional, por exemplo;

A comunidade escolar deve garantir e valorizar condições de trabalho (materiais e espaços) e de qualificação profissional (formação especializada, continuada e apoio pedagógico) que favoreçam a qualidade das aulas de educação física;

[...]

Para os professores de educação física:

[...]

Utilizem tecnologias e estratégias pedagógicas inovadoras nas aulas, de modo a estimular a participação dos estudantes em aulas e atividades na comunidade;

Incorporem temas transversais relacionados à atividade física e saúde, como alfabetização digital, cidadania e sustentabilidade, para estimular a interdisciplinaridade;

Construam um ambiente favorável para que os alunos se sintam motivados a vivenciar as aulas de educação física;

[...]

Para os pais ou responsáveis:

Escolham escolas que valorizem o papel da educação física na formação da criança e do jovem ao longo de todos os anos de estudo (Brasil, 2021a, p. 36-37).

Com exceção da comunidade escolar, a construção textual das recomendações direcionadas aos demais agentes recaem no aspecto individual. O imperativo usado é um modo verbal que expressa um aconselhamento res-

paldado no cuidado de si como uma ação que pode ser cooptada pelo aparato neoliberal, assim, responsabilizando moralmente o indivíduo para que se coloque numa tarefa de autoaperfeiçoamento (Bauman, 2001), inclusive, inalcançável para muitas pessoas⁵. Apesar de o Guia buscar abarcar o bem-estar de alunos e professores com vistas à construção de um ambiente saudável, o que parece carecer de ser respaldado numa lógica comunitária em que os problemas sociais não considerados coletivamente.

Mesmo que em vários outros capítulos apareça um tópico nomeado de “rede de apoio”, o que destaca um elemento da intersetorialidade indicada em ações e instituições que podem auxiliar a pessoa a praticar a AF, por vezes, o Guia apresenta um discurso que tende para a privatização da saúde, para o cuidado de si e para a lógica do autoaperfeiçoamento, atribuindo ao indivíduo a responsabilização por se manter sempre ativo e saudável. Quando isso alcança a EF escolar, pode criar um problema já criticado por Soares et al. (2016) na década de 1980. Nesse período histórico, parte da comunidade intelectual da EF alçou uma dura crítica ao denominado “paradigma da aptidão física”, buscando mudar o enfoque do trabalho pedagógico da área que deveria ser mediado pela cultura corporal (Soares et al., 2016). Diante disso, quando o Guia age como um “conselheiro” baseado num discurso do estilo de vida ativo a ser alcançado individualmente nas aulas de EF, pode nos fazer voltar a políticas que reduzem o trabalho da EF escolar de um desenvolvimento integral para o dispêndio energético.

Quando o Guia foca na EF escolar, ele traz o discurso de que é ali que “a maioria das crianças e dos adolescentes brasileiros vivencia suas principais experiências em atividade física” (Brasil, 2021a, p. 34). A narrativa de que a escola é uma instituição que tem o poder de interferir no modo de pensar de uma geração, traz consigo a possibilidade de que haja uma influência no comportamento das pessoas que ali estão, em prol de uma biopolítica vigente. A questão que observamos é que parece haver uma pretensão discursiva de colocar a criança sob estratégias de políticas para a vida mais fisicamente ativa, reverberando num processo de governo dos corpos que deve persistir ao longo da vida e se refletir em outros contextos para além do escolar. Nesses termos, o Guia parece manifestar o entendimento de que a escola, além de transmissora de informações e políticas para o ‘deixar viver’, também se constitui em um *lôcus* de produção de corpos mais fisicamente ativos, tendo a interface saúde-educação promovida por meio da EF escolar que é mobilizada de modo a lançar os alicerces de uma política com foco na constituição do *homo oeconomicus* (Foucault, 2008).

Tal aceção é reforçada por outras palavras do próprio Guia, como as que lemos neste trecho: “Incentivem a criança e o jovem a explorar as atividades aprendidas nas aulas de educação física, para além da escola, com foco em uma atitude saudável ao longo da vida” (Brasil, 2021a, p. 37). Percebe-se, assim, o aconselhamento de um estilo de vida que vai da esfera pública (aulas de EF) para a esfera privada do comportamento (atitude saudável). Esse mesmo discurso também pode ser percebido no teor da apresentação do Guia, em que se diz que: “Quanto mais cedo a atividade física é incentivada e se torna um hábito na sua vida, maiores os benefícios para sua saúde” (Brasil, 2021a, p. 5). Tais afirmações, derivam de um discurso que pode privilegiar tanto uma vida ativa quanto uma busca incessante pelo estado de boa forma e aptidão, típicos da lógica do autoaperfeiçoamento (Bauman, 2001).

Da mesma forma, esse discurso também parece direcionar uma culpabilização do indivíduo, quando se coloca que, apesar dos “[...] diversos avanços quanto ao incentivo e à prática de atividade física no Brasil [...], ainda possui muitas pessoas que não alcançam as recomendações de atividade física que são detalhadas neste documento” (Brasil, 2021a, p. 05). Assim, ele se assenta numa ambivalência (Bauman, 1999), quando o discurso tende a se colocar como possível entre dois posicionamentos. De um lado, uma preocupação com o bem-estar e saúde da população pensando em redes de apoio que possam contribuir para que as pessoas sejam mais fisicamente ativas. Por outro lado, contudo, um fomento da privatização do cuidado de si numa lógica neoliberal do autoaperfeiçoamento cuja ação busca promover uma biopolítica de governo dos corpos (Bauman, 2001; Foucault, 2008).

⁵ Um exemplo disso é a recomendação para pais/responsáveis “escolherem escolas que valorizem a EF”, sendo que, em muitos casos, a conjuntura social os faz matricular seus filhos onde é possível.

O foco no “estilo de vida ativo” parece deslocar a atenção com respeito aos modos de vida que são tensionados pelas iniquidades e vulnerabilidades, dos quais grande parcela da população brasileira está exposta. A AF, no Brasil, segundo Knuth e Antunes (2021), é observada como um privilégio para poucos e não uma escolha no sentido de acesso a um direito por todos. Isso coaduna com o relatório Movimento é Vida (PNUD, 2017), que entende que as AFs e esportivas são um vetor do desenvolvimento humano, sendo isso observado no acesso a elas no tempo de lazer. Ou seja, o acesso à AF no Brasil é uma questão estrutural, pois destaca as determinações sociais da saúde situadas historicamente. Logo, a AF deve ser vista como um direito social das pessoas de terem acesso público e não uma obrigação privada.

Seguindo a lógica da privatização da vida, vemos um problema em que o Guia, sustentado por discursos que se alinham a uma agenda neoliberal, aconselha as pessoas a serem mais saudáveis para serem produtivas e, assim, atender às demandas, cada vez mais flexíveis, dessa sociedade de consumo (Bauman, 1999). Mesmo que o Guia oriente no capítulo 1 que “[...] a prática de atividade física não depende somente de uma decisão pessoal”, ambigualmente, os seus discursos, que vão sendo sustentados pela hegemonia técnico-científica sob um regime de verdade da medicalização da vida (quando a AF é vista como um remédio para curar os males do comportamento sedentário), podem estruturar processos persecutórios sobre a vida das pessoas. Quando as políticas vão se moldando flexivelmente ao individualismo, vemos o desaparecimento daquilo que é comum ao social: o direito. Nesse sentido, observamos no Guia a ausência do termo “direito” para se referir à AF. Ou seja, não está fixado em seu aconselhamento para as pessoas que a AF é um direito inalienável e que deve ser assegurado pelo Estado. Pelo contrário, aparece a ideia de ações individuais sustentadas no agito dos corpos num governo do mercado da vida ativa (Fraga, 2006).

Outro problema que se segue a essa lógica, é que a dinâmica das relações sociais vai se tornando cada vez mais superficial e utilitária. Isso cria barreiras significativas para o estabelecimento de relações mais profundas e solidárias (Bauman, 1999; 2003). Se essa lógica é repassada na EF escolar, corremos o risco de transferir um modelo de autossuficiência individual que ignora as desigualdades estruturais que afetam as oportunidades de acesso a direitos, sendo um deles, a AF. E isso é passível de acontecer, ao nosso ver, pois a EF ainda está assentada majoritariamente numa lógica biomédica, seja nos currículos de formação, nas práticas profissionais cotidianas ou nos imaginários sociais. Contrários a essa lógica, compreendemos que existem outras leituras e usos possíveis para o Guia num sentido ampliado e crítico, que possibilite um encontro profícuo entre saúde e educação.

Outras leituras e usos para promover um encontro entre educação e saúde a partir do Guia

A crítica que alçamos ao Guia, ao nosso ver, não o inviabiliza. Pelo contrário, nossa crítica se concentra nos discursos que causam uma confusão e desencontro entre saúde e educação em suas páginas. Por isso, apostamos em outras leituras e usos para que, subversivamente, possamos tensionar aquele regime de verdade que se pauta numa lógica neoliberal que reduz a vida a uma perspectiva individual e biomedicalizada. Enquanto um dispositivo biopolítico (Dreyfus; Rabinow, 1995; Foucault, 2008), vemos que o Guia detém um poder que pode potencializar a EF escolar, a depender do seu devido uso e leitura. Observamos que a EF escolar é valorizada no documento e que mais e melhores aulas são advogadas (Brasil, 2021a). Isso tensiona o campo da educação, onde a EF tem sido desvalorizada e perdido tempo-espço no currículo escolar. Ou seja, há um tensionamento do poder que reclama pela valorização da EF escolar, inclusive, pela sua contribuição para a saúde das pessoas. Além disso, o reconhecimento de que a EF não se reduz ao desenvolvimento físico-motor é outro ponto a se destacar no Guia, que também considera os aspectos sociais, afetivos e cognitivos do desenvolvimento humano (Ramires *et al.*, 2023).

Logo, uma das recomendações dadas aos professores de EF é a seguinte: “Reserve algumas de suas aulas para mostrar este Guia aos seus estudantes. Explique como usá-lo, promova as atividades e tire as dúvidas. Apresente também este Guia aos pais e responsáveis e recomende sua leitura” (Brasil, 2021a, p. 37). Contudo, cabe destacar que o Guia não é um currículo e nem representa uma abordagem pedagógica de como tematizar a EF na escola. Dessa maneira, podemos considerar o argumento de Oliveira, Martins e Bracht (2015) quanto ao Programa Saúde na Escola (PSE), para pensarmos uma relação do Guia com a EF escolar. Segundo os autores:

A questão que nos preocupa é que o PSE, sendo um programa oriundo do Ministério da Saúde, pode, dependendo do modo como é desenvolvido, se transformar em um projeto exógeno que venha a ocupar o ‘lugar vazio’ da EF escolar, talvez aquele relacionado ao desinvestimento/abandono pedagógico [...]. Nesse sentido, uma pergunta é necessária: o PSE afeta a natureza disciplinar específica da EF na escola? Ou seja, esse programa tem ‘substituído’ a grade curricular específica que essa disciplina tem constituído em sua recente história? Compreendemos que o PSE deve ser um objeto de investigação e discussão por parte dos agentes escolares (especialmente os professores de EF) para que não se torne uma ação invasora aos princípios da EF previstos no sistema nacional de educação (Oliveira; Martins; Bracht, 2015, p. 546).

A reflexão dos autores quanto ao PSE, parece servir também para o Guia. Compreendemos que o Guia deve ser um objeto de investigação e discussão, portanto, um elemento pedagógico para as aulas de EF e não um projeto exógeno à sua natureza pedagógica. Nesse sentido, compreendemos que o Guia necessita de ser pedagogizado por uma leitura e uso crítico para, pelo menos, dois grandes objetivos. O primeiro objetivo, é evidenciar os discursos neoliberais que o atravessam e constituem, assim, demonstrando suas contradições que buscam cooptar as pessoas em processos alienantes e persecutórios. Para ressaltar esses fenômenos, pode-se levar o relatório Movimento é Vida (PNUD, 2017) para demonstrar como as desigualdades sociais comprometem o acesso e a permanência das pessoas na prática de AF. Os alunos devem ser levados a analisar as contradições presentes e, assim, considerar outros usos do Guia no seu cotidiano.

O segundo objetivo é, a partir de uma visão crítica obtida inicialmente, considerar outros usos para o Guia. No conjunto das reflexões promovidas pelas ações de estudo, os estudantes devem ser levados a compreender que: (i) a AF é um direito inalienável e, portanto, um dever do Estado; (ii) que a AF é um presente que podemos dar para nós mesmos enquanto cuidado de si (no sentido da ética foucaultiana) considerando os benefícios que podemos construir coletivamente em processos relacionais de movimento; (iii) que é possível construir comunidades cuja lógica está na solidariedade e na construção coletiva dos sentidos para a prática de AF.

Nesse sentido, podemos considerar que o próprio conceito indicado no capítulo 1 do Guia deve ser revisto. Uma possibilidade é considerarmos o conceito proposto por Piggin (2020) de que a AF envolve as pessoas se movendo nos espaços culturalmente construídos e influenciados por uma gama de interesses, emoções, ideias, instruções e relacionamentos. Oliveira (2023) considera essa concepção como contra hegemônica e potente para originar um trabalho em educação para a saúde. Isso, visto que o conceito prioriza as pessoas em movimento em vez do gasto energético, inclui os contextos socioculturais em que o movimento é realizado e problematiza o dualismo “corpo X mente”. Esses movimentos podem contribuir para a reformulação de políticas de AF, indo além da justificativa do risco da doença e pautando-se nas pessoas nos seus diversos relacionamentos, ideias e experiências (Piggin, 2020).

Dentro desse contexto, o professor de EF tem um papel de conduzir suas aulas considerando as manifestações da cultura corporal de movimento (Brasil, 2017); mas, também, de mediar criticamente o Guia na comunidade escolar considerando outras leituras e usos que promovam, de fato, o encontro entre saúde e educação. Os usos do Guia podem passar da finalidade normatizadora dos corpos para uma finalidade político-pedagógica de conscientização sobre os direitos de acesso às práticas corporais e atividades físicas para o desenvolvimento humano. Em seu trabalho pedagógico, o professor deve valorizar o diálogo, a escuta, o respeito às singularidades e a promoção da autonomia ética e política dos estudantes para desenvolver práticas pedagógicas vinculadas a uma educação para a saúde (Oliveira, 2023).

Sumariamente, compreendemos que a análise crítica dos discursos do Guia não nos coloca como juízes para decidir sobre sua natureza como “boa” ou “má”. Nossa intenção foi de refletir em possíveis impactos desses discursos e olhar outras possibilidades de leituras e usos. Assim, sustentamos que uma análise crítica do Guia pode promover formas de pensarmos articulações entre saúde e educação que apontem caminhos para uma formação reflexiva.

Considerações finais

No estudo desenvolvido, partimos da premissa que o Guia é um dispositivo-conselheiro que pode se voltar para uma biopolítica informacional e persecutória, cujos discursos envolvem um regime de verdade técnico-científico biomédico que se pauta na privatização do cuidado de si numa lógica do autoaperfeiçoamento. A ausência do termo “direito” reforça um alinhamento às políticas neoliberais que podem instrumentalizar os espaços e as relações, alienando as pessoas do cuidado da sua saúde. Um efeito, perverso, disso é a culpabilização das pessoas pelo aparente fracasso de cuidar de si mesma. Contudo, ambigualmente, o Guia cria possibilidades para o fomento da AF visando o bem-estar da população, inclusive, valorizando a EF escolar.

Para confrontar o discurso hegemônico, apostamos em outras formas de leituras e usos do Guia, especialmente, por parte do professor de EF que pode mediar criticamente esse processo. Reconhecemos que não exaurimos tais possibilidades neste texto e futuros estudos, inclusive aplicados no chão da escola, são necessários. Por ser um dispositivo que emana poder, o Guia pode ser usado, subversivamente, como instrumento de conscientização das pessoas sobre as contradições sociais e na busca coletiva por outros modos de se movimentar pautados na solidariedade. O Guia não pode ser uma ação exógena à EF escolar, mas, deve ser pedagogizado para promover o encontro saúde-educação articulando temas como cultura, lazer, corporeidade, ética e cidadania. Ou seja, podemos reescrever caminhos e reorientar discursos para a formação de cidadãos críticos que se coloquem como participantes da construção de uma saúde coletiva, justa e democrática. Mais do que “guiar” ensinamos “mediar” ações de movimento reflexivos com respeito à diversidade e visando a transformação social numa educação humanizante e emancipadora.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017
- BRASIL. *Guia de Atividade Física para a População Brasileira - Material Suplementar*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b.
- BRASIL. *Guia de Atividade Física para a População Brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021a.
- BRASIL. Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1998.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGA, Alex Branco. *Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa*. Campinas: Autores Associados, 2006.

KNUTH, Alan Goularte; ANTUNES, Priscilla de Cesaro. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades brasileiras. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 30, n. 2, e200363, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200363>

MALACARNE, José Augusto Dalmonte et al. Análise dos discursos e imagens presentes no capítulo sobre Educação Física Escolar no Guia de Atividade Física para a População Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, [s.l.], v. 44, e005122, 2022. <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e005122>

OLIVEIRA, Victor José Machado. *Educação Física para a saúde: uma aposta em (form)ação*. 2. ed. Curitiba: CRV, 2023.

OLIVEIRA, Victor José Machado; MARTINS, Izabella Rodrigues; BRACHT, Valter. Relações da Educação Física com o Programa Saúde na Escola: visões dos professores das escolas de Vitória/ES. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 544-556, jul./set. 2015. <https://doi.org/10.5216/rpp.v18i3.33028>

PIGGIN, Joe. What Is Physical Activity? A Holistic Definition for Teachers, Researchers and Policy Makers. *Frontiers in Sports and Active Living*, [s.l.], v. 2, article 72, jun. 2020. <https://doi.org/10.3389/fspor.2020.00072>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*: 2017. Brasília: PNUD, 2017.

RAMIRES, Virgílio Viana et al. Physical Education for Health Among School-Aged Children and Adolescents: A Scoping Review of Reviews. *Journal of Physical Activity and Health*, [s.l.], v. 20, n. 7, p. 586-599, 2023. <https://doi.org/10.1123/jpah.2022-0395>

SOARES, Carmen Lúcia et al. *Metodologia do ensino de Educação Física*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 25.01.2026 / 01.25.2026

Aprovado/Approved: 15.05.2026 / 05.15.2026